

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEIXEIRA DE FREITAS BA

Cecilia Maria Mourão Carvalho¹
Orientador: Avelar Luiz Bastos Mutim²

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a atuação do Conselho Municipal de Educação de Teixeira de Freitas BA e sua relação com o desenvolvimento do Território de Identidade Extremo Sul da Bahia. Para tanto, buscou discutir as inter-relações dos campos desenvolvimento territorial e educação, no complexo contexto político brasileiro contemporâneo tendo em vista os determinantes estruturais do sistema capitalista em crise. As conclusões sugerem que o Conselho Municipal de Educação, ao cumprir as funções de caráter consultivo, deliberativo, de mobilização e controle social, pode refletir no desenvolvimento do Território.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação; Participação social; Desenvolvimento territorial.

INTRODUÇÃO³

A crise democrática contemporânea evidencia a fragilidade da democracia representativa. Embora esta seja uma conquista incontestável, que fundamenta o processo democrático, deve ser complementada pela participação direta da sociedade civil na gestão pública.

Em tempos nos quais a democracia participativa vem sendo tão rechaçada, afastando das discussões políticas o interesse popular, nos propusemos a pensar o desenvolvimento do território a partir da atuação de um conselho que permite a vocalização de demandas oriundas de diferentes atores sociais.

Os Conselhos gestores de políticas públicas inscrevem-se no esforço pela consolidação da Democracia no país, como medida institucionalizada decorrente do processo de redemocratização, propondo uma nova forma de representação que não a eleitoral. Gohn (2012) preconiza que a participação cidadã difunde-se num conceito

¹ Mestra em Educação e Contemporaneidade. Docente no Departamento de Educação - Campus X, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: cmourao@uneb.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/ PPGEduc da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). E-mail: amutim@hotmail.com

³ O trabalho é resultante da dissertação de mestrado da autora. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob Parecer n. 3.061.256 em 06/12/2018.

mais amplo de cidadania que não fica restrita ao direito ao voto, mas ao direito à vida. A Participação Cidadã, de acordo com Gohn, “objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza.” (2012, p. 8).

De acordo com Freire (1979), não tivemos a oportunidade de desenvolver um comportamento participante, pois as condições estruturais da colonização no Brasil não favoreceram as experiências democráticas. Por isso afirma que a conscientização e também a utopia são compromissos históricos.

Nas duas últimas décadas houve o fortalecimento das relações entre a sociedade civil e o Estado, com a ampliação e diversificação dos canais de participação por meio de uma política nacional de participação social. Tal política foi duramente golpeada pelo decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. No contexto político de início de um novo governo, que sinaliza retrocessos para as políticas sociais e restrições na participação da sociedade na construção das políticas públicas, esse trabalho ganha especial relevância.

O Conselho Municipal de Educação (CME) é um dos espaços que propiciam a participação da sociedade civil na definição dos rumos da educação, concebida como um dos vetores do desenvolvimento territorial. O Conselho, enquanto órgão do Estado, está situado em um território cujo tecido social contém atores sociopolíticos que tencionam o espaço territorial para torná-lo mais inclusivo, solidário e sustentável.

Uma das pressuposições epistemológicas sobre a qual a pesquisa se fundamenta é a do desenvolvimento como conceito multidimensional, apoiada em Sachs (2008) em sua solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras ao entender que os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais e éticos.

A análise da relação entre educação e desenvolvimento, proposta nesse trabalho, ultrapassa a perspectiva denunciada por Frigotto (2010) em relação à teoria do capital humano, já que não se limite ao fator econômico. Isso não quer dizer que a questão seja apenas de resistência a esse modelo, com negação do progresso técnico, do avanço do conhecimento, dos processos educativos e de qualificação. Mais que isso, a questão é assumir a disputa desse controle hegemônico

arrancá-los da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-los ao controle democrático da esfera pública para potenciar a satisfação das necessidades humanas. O eixo aqui não é a supervalorização da competitividade, da liberdade, da qualidade e da eficiência para poucos e a exclusão das maiorias, mas a da solidariedade, da igualdade e da democracia. (FRIGOTTO, 2010, p. 149)

Portanto, discutir educação e desenvolvimento territorial, pressupõe pensar numa perspectiva de totalidade, na qual os nexos entre esse binômio vão construindo as bases para uma nova sociabilidade, assentada nos princípios da inclusão social, participação e sustentabilidade.

Concatenada com o propósito da linha de pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, a presente pesquisa analisa a atuação do Conselho Municipal de Educação de Teixeira de Freitas na perspectiva do desenvolvimento territorial, buscando os sentidos na relação entre educação e desenvolvimento territorial sustentável do Extremo Sul do Estado.

O objetivo central desse trabalho consistiu em analisar a atuação do Conselho Municipal de Educação de Teixeira de Freitas e sua relação como desenvolvimento do Território de Identidade Extremo Sul da Bahia (TIES). Teixeira de Freitas é o município mais populoso da região do Extremo Sul da Bahia e décimo do Estado (IBGE, 2018).

Os objetivos específicos foram: Compreender a importância estratégica da educação para o desenvolvimento do Território de Identidade Extremo Sul da Bahia; Identificar a percepção dos Conselheiros Municipais de Educação e da comunidade acerca da atuação do Conselho e da relação entre Educação e o Desenvolvimento do Território e verificar como a Educação é contemplada no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia.

Para alcance desses objetivos, foi elaborado um esquema analítico visando interligar o processo participativo no espaço do Conselho Municipal de Educação à política de desenvolvimento territorial e à educação no Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário e Sustentável do Extremo Sul. Na dimensão macro, o enfoque é dado às inter-relações educação e desenvolvimento e ao território enquanto lócus da construção e reconstrução dos grupos sociais. Na dimensão micro, foi analisada a atuação do Conselho Municipal de Teixeira de Freitas como espaço de participação democrático que agrega vários segmentos que compõem o território e corroboram ou não para o seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou um desenho exploratório a partir de um enfoque qualitativo. O estudo de caso foi a metodologia empregada para investigar as características do CME de Teixeira de Freitas, bem como o desempenho de suas funções.

A pesquisa foi dividida em três fases. A primeira consistiu na pesquisa bibliográfica e documental que além da caracterização e atuação do COMEC de Teixeira de Freitas BA, incluiu a análise Plano de desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Extremo Sul da Bahia nas perspectivas apresentadas em relação à educação;

A Segunda cuidou de coletar e sistematizar dados sobre a atuação do COMEC de Teixeira de Freitas, por meio de aplicação de dois questionários, um para conselheiros e outro para comunidade escolar. Após a coleta, ocorreu a terceira fase da pesquisa com tabulação das informações e tratamento dos dados pela pesquisadora. A triangulação de dados foi utilizada na análise dos dados, uma vez que já se tinha em mãos dados da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Foi instigante perceber as concepções tanto dos conselheiros que estão atuando, quanto da comunidade. Muitas vezes divergentes, todas as observações implicam em necessidade de investimento para romper com a lógica do patrimonialismo, que ainda é forte em nosso Território e deseja submeter todos os organismos ao seu controle.

A partir da análise dos dados da pesquisa, percebe-se que, quanto às funções de um Conselho Municipal, o COMEC de Teixeira de Freitas, tem avançado no aprimoramento dessas atribuições, tendo em vista, dentre outras, as comunicações estabelecidas com instituições e atores sociais, por meio das quais o papel do Conselho é reconhecidamente oportuno. No entanto observa-se que o caráter normativo ainda sobressai, embora em alguns momentos estejam presentes as funções deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e propositiva.

Na identificação da percepção dos Conselheiros Municipais de Educação acerca da relação entre Educação e o Desenvolvimento do Território, de modo unânime, todos os participantes sinalizaram a importância da atuação do CME para desenvolvimento do Território e da participação sociopolítica nesse espaço.

Outros aspectos merecem destaque em relação ao Território de Identidade Extremo Sul que o Plano Territorial de Desenvolvimento Solidário e Sustentável, ainda não conseguiu alcançar. O debate acerca do papel da educação para o desenvolvimento do Território conduz à assertiva de que é necessário que os municípios que o compõem, unam forças para, colaborativamente, fortalecer a implementação de estratégias que contemplem ações e programas realizados por esse conjunto de municípios do território no tocante à educação, com o envolvimento dos Conselhos e outras instâncias de participação sociopolítica.

Acerca do Documento do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia, corre um sério risco de se tornar mera retórica. Seria necessária uma articulação maior entre os municípios do Território e o Estado para fazer os encaminhamentos necessários ao cumprimento das metas do Plano a curto, médio e longo prazo.

A pesquisa indicou certa insatisfação da comunidade com a atuação do conselho no tocante ao cumprimento da função de controle social, mobilização e fiscalização, implicando em necessidade publicização das ações, já que o conselho atua ainda de forma tímida nesse sentido, além da necessidade de formação continuada dos conselheiros, instrumentalizando-os para uma atuação mais condizente com as funções inerentes ao conselho e com as expectativas do segmento que os elegeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base os dados e análises até então apresentadas, é necessário mencionar que, em tempos de ataques à democracia, há que se considerar os limites, mas também as possibilidades dos Conselhos como espaços da democracia participativa. Acreditar no campo das possibilidades nos impõe uma tarefa imediata que é a formação política e técnica desses conselheiros.

A partir da análise da atuação do Conselho Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas, verifica-se um caminho a percorrer para viabilizar a política de desenvolvimento territorial, através da inquestionável contribuição da educação, junto a outras políticas sociais, visando a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população.

As conclusões sugerem que o Conselho Municipal de Educação, ao cumprir as funções de caráter consultivo, deliberativo, de mobilização e controle social, pode

refletir no desenvolvimento do Território uma vez que o engloba a qualidade de vida das populações, no que diz respeito à dignidade humana, justiça, participação e inclusão social, sustentabilidade, solidariedade, diversidade e igualdade.

O Território Extremo Sul pode ter uma perspectiva ampliada de desenvolvimento, se levarmos em conta a diversidade e a força da atuação dos atores sociopolíticos que vivem no mesmo, organizados em instituições como os Conselhos, superando a política retrógrada e o patrimonialismo que continuam a assolar o Território.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul- Bahia**. 2016. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019. **Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal**. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1 – Extra, Edição 70-A, p. 5. 11 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TEIXEIRA DE FREITAS. Lei n. 450 de 15 de abril de 2008. *Dá nova redação à Lei n. 206 de 11 de dezembro de 1997*.